

A moeda no *Tratado* de Nicolás Oresme

Talles Henrique P. Maffei (UEM-LEAM-DHI)
Jaime Estevão dos Reis (UEM – DHI - PPH- LEAM)

Introdução

A análise da economia medieval é ainda uma dimensão do saber histórico relativamente inexplorada dentro do quadro atual de produção do saber histórico e econômico do Brasil. Fato este que por si só revela a importância do desenvolvimento dos estudos em tal campo. O aprofundamento das análises relacionadas ao entendimento da economia medieval contribuem veementemente não somente para a compreensão da dinâmica econômica situada naquele contexto, mas também para o esclarecimento de alguns problemas econômicos recorrentes aos dias de hoje. Neste sentido, o presente artigo objetiva-se em analisar o *Tratado da primeira invenção das moedas*, escrito por Nicolás de Oresme, clérigo e eminente intelectual do século XIV.

Pouco se conhece sobre os primeiros anos de vida de Oresme. O personagem ganha notoriedade ao destacar-se no Colégio de Navarra e conquistar a amizade do rei Carlos V - do qual se tornou conselheiro pessoal e para o qual dedicou especialmente a obra analisada na presente pesquisa. As obras escritas por Nicolás Oresme envolvem diversos assuntos, transitando desde as ciências naturais até a filosofia e economia. Por tais motivos, a produção intelectual de Oresme desponta na historiografia como uma importante fonte de estudos da Idade Média em geral, sendo atribuído a ele o título de um dos grandes precursores medievais na construção do conhecimento autenticamente científico. (DURAND, 1941, p. 181).

O *Tratado da primeira invenção das moedas*, pequeno em número de páginas, mas de considerável importância para o estudo da economia e pensamento econômico medieval, trata especificamente da moeda e suas propriedades. A obra apresenta o detalhamento que envolve todo o procedimento

de cunhagem de moedas até a análise de um fenômeno monetário pouco conhecido em tal contexto - contemporaneamente denominado *inflação*.

Economia e pensamento econômico na Idade Média

Devido à particularidade do contexto, é imperativa a necessidade de uma breve reflexão conceitual. Tratar da economia na Idade Média significa reconhecer que esta existiu, porém, totalmente imbricada aos demais aspectos da sociedade medieval, particularmente aqueles de cunho cultural e religioso. Em outras palavras, a dinâmica das trocas na Idade Média enfrentou durante toda sua existência, obstáculos que impediram por ora sua autonomia, relacionados principalmente aos preceitos morais e religiosos do contexto (ARENBERG; POLANYIL, 1975, p. 100-201).

O desenvolvimento da economia medieval definitivamente não fora um processo suave. Era recorrente, no contexto medieval, o contraste entre a realidade econômica em contínuo processo de transformação e os preceitos da moral cristã. A obra de Jacques Le Goff, *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média* é simbólica nesse sentido, pois nela, o autor demonstra como o mercado creditício medieval enfrentou grandes obstáculos durante seu desenvolvimento, já que a prática da usura era terminantemente proibida pela Igreja. Em outras palavras, tratar da existência da economia medieval implica em reconhecer que esta se situa historicamente incrustada no labirinto das relações sociais. Sendo seu mercado entravado e distorcido por conceitos morais-religiosos, tais como preço-justo, usura e caridade (LE GOFF, 2012, p. 195).

Apesar do dinheiro na Idade Média jamais ter possuído a importância que tem na contemporaneidade, não foram poucas as influências causadas por este na sociedade medieval. Apesar dos obstáculos impostos, que por ora resultavam em regressões, a economia desenvolveu-se consideravelmente ao longo da Idade Média em todos os seus aspectos.

O dinheiro beneficiou-se da evolução das ideias e práticas impostas pela Igreja. Paralelamente, esta instituição também adaptou-se bem à circulação de dinheiro e evoluiu no páreo deste, convertendo-se na maior potência econômica da Idade Média. O caso do empréstimo financeiro é simbólico nesse sentido. Lentamente, observa-se que tal prática passa a ser crescentemente associada ao pecado da avareza, sendo este mais leve e aceitável do que o mortal pecado da usura (LE GOFF, 2012, p.179).

Retratada a dinâmica básica da economia na Idade Média, cabe então, uma breve consideração acerca do pensamento econômico em tal contexto. Naturalmente, este segue os mesmos preceitos da economia medieval: não é um conjunto de ideias isolado de outros aspectos sociais, possuindo igualmente uma relação estreita com os preceitos religiosos medievais.

Enfim, o pensamento econômico medieval não existe de maneira independente e jamais é tratado nas fontes de forma isolada da cartilha moral cristã imposta pela Igreja. O *Tratado da primeira invenção da moeda* se insere nesse sentido, onde economia, filosofia, política e religião dialogam entre si, mas antes dedicada particularmente à moeda e suas implicações.

Dimensões contextuais da economia medieval: o *boom* e a crise econômica dos séculos XIV e XV

No início da Idade Média (séculos IV – V) houve regressão da circulação monetária. O dinheiro torna-se menos importante e menos presente do que no Império Romano, assim como viria a ser no século XVI. (LE GOFF, 2012, p.27).

Reproduzindo o panorama geopolítico medieval, a cunhagem de moedas em tal contexto é marcada por uma grande fragmentação. Tal fato dificultava o livre desenvolvimento das trocas pela falta de uniformidade e pela necessidade constante de conversões monetárias para que a troca de mercadorias se tornasse viável. (LE GOFF, 2012, p.28). Até o século X a moeda metálica não era em muito

utilizada, não somente pela falta de demanda como também pela falta de matéria-prima para a efetuação da cunhagem. De tal maneira, a circulação monetária estava restrita aos senhores, que necessitavam comprar itens advindos de mercados mais distantes, não sendo possível a troca via escambo (WOOD, 2003, p. 115).

A renovação econômica e o desenvolvimento urbano, somada à consolidação do poder real, permitem ao dinheiro tomar um enorme impulso a partir do século XIII (LE GOFF, 2012, p. 44-48). Sendo que alguns fenômenos têm particular importância para o crescimento da circulação monetária.

O florescimento das feiras comerciais ao decorrer do século XII deu um enorme impulso à economia medieval como um todo. De forma mais específica, as feiras contribuíram para o desenvolvimento de vários mecanismos financeiros, especialmente para o florescimento do mercado de títulos e da atividade bancária (CARMEM; PARRA, 2001.). As Cruzadas, por sua vez, também impulsionaram a circulação monetária, já que os cruzados tinham a óbvia preferência de levar reservas monetárias de muito valor e pouco peso para a aquisição de mantimentos ao longo de suas jornadas. Além disso, as Cruzadas contribuem para o estabelecimento de ligações comerciais entre a Europa Ocidental e o Oriente Médio (LE GOFF, 2012, p. 41).

Assim, o século XIII emerge como tempos áureos, intensificando o movimento já vindo desde o século XII de desenvolvimento econômico. A retomada da cunhagem de moedas de ouro no século XIII, interrompidas desde os tempos de Carlos Magno, é sintomática neste sentido. Baseado principalmente no crescimento das cidades, a circulação monetária aumentou consideravelmente. O campo também contribui para tal movimento, já que observa-se de forma crescente a preferência pelo pagamento das obrigações feudais em moeda por parte dos senhores. As gigantescas catedrais góticas são os grandes símbolos deste avanço, pois foram em tais empreendimentos colossais que empenharam-se os maiores esforços econômicos do século XIII. (LE GOFF, 2012, p. 53).

Em termos políticos, o processo de centralização do poder na figura real ou principesca fora, de certo modo, produto e evidência do fato de que, junto às rendas senhoriais, príncipes e reis se beneficiaram crescentemente das rendas de seus domínios e dos benefícios do direito superior de cunhagem de moedas.

Enfim, o dinheiro tem o seu auge no século XIII, transitando o tempo todo entre o vício e a virtude (LE GOFF, 2012, p.109). A intensificação do debate entre a legitimidade das atividades econômicas e os preceitos cristãos no período é um reflexo do aumento da importância do mercado e assim, da moeda. O dinheiro passa a ser um dos temas centrais das discussões teológicas levadas à frente pela Igreja e seu clero. A atenção especial da instituição ao tema também deve-se ao fato de que o dinheiro possuía poder para a glória terrestre como também para a salvação no reino dos céus caso empregado de forma correta (WOOD, 2003, p. 103).

Todo o pujante crescimento econômico e o incremento da circulação monetária no século XII foram violentamente interrompidos pelas crises advindas no século XIV. Estas, por sua vez, foram motivadas por várias causas. A Guerra dos Cem Anos, a Peste Negra e a decadência das feiras são apontadas como as principais destas. (PERROY, S.D, p. 1). Por outro lado, outro fator de grande importância na catalisação das crises do século XIV foi a crescente sede das autoridades reais e principescas por recursos financeiros, levando à prática desenfreada da manipulação e alteração das moedas.

A fiscalidade e a taxaçoão impositiva crescem concomitantemente ao impulso da circulação monetária no século XIII. Os príncipes e reis ostentam sua fatia do crescente bolo da circulação monetária principalmente para o emprego dos recursos na construção de suas administraçoões e estados. Naturalmente, a autoridade real, ainda débil em tal contexto, foi na maioria das vezes frustrada na tentativa de impor impostos e taxaçoões, sendo frequente sua recorrência aos empréstimos, amiúde feitos sem o consentimento dos prestamistas (LE GOFF, 2012, p. 117).

O panorama resultante foi de um endividamento geral dos príncipes e reis. O simples calote por parte destes fora um recurso frequente, o que levou muitos bancos e prestamistas à bancarrota. Um exemplo ilustrativo foi Felipe IV da França, que não pagou as enormes quantias emprestadas para custear a preparação da Guerra dos Cem Anos (LE GOFF, 2012, p. 120). O resultado de tal processo naturalmente fora a instabilidade do setor financeiro e a diminuição da oferta de crédito (da qual considerável parte do desenvolvimento comercial era dependente), o que prejudicou a economia medieval como um todo.

Paralelamente, reis e príncipes recorreram a outro método comum para saciar sua sede de recursos: a manipulação ou mutação do valor do dinheiro. Geralmente, exercendo o direito de exclusividade em seu fabrico, as autoridades monárquicas efetuavam o recolhimento da moeda circulante, diminuindo a quantidade do teor metálico de valor contido para a posterior devolução. Naturalmente, o efeito era a desvalorização da unidade monetária (WOOD, 2003, p. 145). De tal maneira, príncipes e reis endividados podiam diminuir o valor de sua dívida através da utilização de tal artifício, já que utilizariam doravante uma menor quantidade de metal para manufaturar a mesma unidade monetária. A monarquia francesa, por exemplo, recorreu a tais manipulações várias vezes: Em 1295, 1303, 1306, 1311, 1313, 1318 e 1330. (LE GOFF, 2012, p. 122). Os efeitos sobre a economia foram devastadores, uma vez que levou a um processo inflacionário sem precedentes.

As crises na primeira metade do século XIV eram de naturezas variadas e estavam intimamente interligadas. As crises monetárias causaram grandes danos, pois acentuaram problemas já críticos na sociedade medieval, colocando uma população demasiadamente numerosa no limiar estreito da pobreza. As crises frumentárias vieram a acentuar a situação de miséria, fruto de más colheitas e problemas relacionados ao abastecimento. O advento da Peste Negra veio então a aniquilar uma população já debilitada e acentuar o estado crítico da situação. (PERROY, S.D, p. 9).

Portanto, a instabilidade financeira gerada principalmente pela ingerência das autoridades monárquicas foi um dos principais fatores desencadeadores de um processo que culminou nas crises econômicas do século XIV. Esse contexto de caos econômico, mais acentuado em França, irá influenciar o pensamento econômico de Nicolás de Oresme e seus semelhantes. As manipulações e alterações da moeda foram amiúde consideradas atos despóticos e chamaram a atenção da opinião pública, ao ponto desta exigir das monarquias o asseguramento de uma moeda estável. (LE GOFF, 2012, p. 123). Nicolás de Oresme produz então seu *Tratado da primeira invenção das moedas* entre 1355 e 1358, reconhecida como uma das principais obras no campo do pensamento econômico medieval.

A obra de Nicolás de Oresme: conhecimento, economia e política

Nicolás de Oresme nasceu em 1320 na França, e foi um dos intelectuais mais notáveis do século XIV. Lecionava no Colégio de Navarra, o qual exerceu notável influência no pensamento europeu medieval – o que justifica as várias referências à instituição em tal contexto. São os intelectuais do Colégio de Navarra os responsáveis pelo lançamento de importantes bases para o desenvolvimento da Ciência Moderna. A notoriedade de Oresme o levou ao cargo de conselheiro do rei francês Carlos V, para o qual dedicou sua obra, *Tratado da primeira invenção das moedas*, escrita entre 1355 e 1358. Tal obra contribuiu em muito para a reorganização da economia e o estabelecimento de uma moeda estável, fatores importantes para a solução dos problemas econômicos enfrentados pela França naquele período (ARTIGAS, 1989, p. 34).

O reinado de Carlos V foi, destacadamente, marcado pela busca da estabilidade monetária e a luta contra especulações e falsificações. Não é surpreendente o fato de este ter sido extremamente zeloso com a situação financeira do reino: Carlos V e seu pai, o rei João II, encontravam-se em uma encruzilhada, pois necessitavam de meios para fazer frente aos ingleses na Guerra dos Cem Anos. Os impostos eram a única forma de financiamento da guerra, em

que pese o descontentamento que provocava em toda sociedade (LE GOFF, 2012, p. 152).

O reino de França alcançou a estabilidade em todos os aspectos no reinado de Carlos V, sendo o pensamento de Oresme peça chave na construção de sua estabilidade monetária. Mas a contribuição e influência de Oresme provavelmente foram além dos limites do reino francês. Primeiramente, já desde o reinado de João II (pai de Carlos V), formularam-se algumas reformas monetárias que contribuíram para a estabilidade da moeda, talvez a mais notável delas seja o restabelecimento do franco como moeda oficial do reino, considerada a “boa moeda” (LE GOFF, 2012, p. 126), assegurando a estabilidade e avanço do comércio em geral; o que pode ser, em parte, considerado como uma contribuição de Oresme a partir de suas reflexões sobre o papel da moeda na economia. Além disso, a obra de Oresme é apontada como norteadora das políticas monetárias em outros reinos, tal como em Flandres e Borgonha (WOOD, 2003, p. 154).

O que há de notório primordialmente na obra de Oresme é o fato do mesmo apontar a manipulação da moeda como um dos pecados mais graves que um governante pode eventualmente vir a cometer:

Se portanto um príncipe, sob a égide dessa inscrição, altera as moedas no peso ou na composição, ele é visto tacitamente como mentiroso, cometendo perjúrio e dando falso testemunho, e ainda, como prevaricador e desrespeitador do mandamento da lei de Deus (ORESME, 2004, p. 59).

De forma clara e objetiva, tal trecho evidencia a noção de que a manipulação monetária é considerada por ele um grande mal em termos econômicos, já que aquele que efetua a alteração monetária perde a confiança dos homens. A afirmação de Oresme é ilustrativa também no sentido de demonstrar o quanto o pensamento econômico medieval está intrinsecamente ligado aos assuntos espirituais: a manipulação era apontada como um pecado gravíssimo pois significava a usurpação do fruto do trabalho dos homens. É uma ação maléfica tanto do ponto de vista material quanto espiritual.

Uma segunda passagem na obra de Oresme é notória:

[...] fazer o uso da moeda, a qual foi instrumento para permutar e comerciar entre si suas riquezas naturais. E como unicamente estas, por si próprias, satisfazem diretamente as necessidades humanas, todo o dinheiro é dito riqueza artificial e não poderia ser de outro modo, podendo acontecer que alguém que as tenha em abundância possa até morrer de fome ao lado delas (ORESME, 2004, p. 36).

Tal afirmação desnuda uma visão sofisticada de valor, o que evidencia a idéia arraigada no autor de que o volume de oferta da moeda está diretamente ligado ao seu valor como dinheiro. Em uma linha lógica específica, ao enquadrar categoricamente a moeda como instrumento de permuta dos homens e também submetida às leis de oferta e demanda como qualquer outra mercadoria delinea-se, para Oresme, quase automaticamente a forma como vem a funcionar o mecanismo dos processos inflacionários.

O *Tratado da primeira invenção das moedas* apresenta várias evidências que demonstram ser o autor um profundo conhecedor de vários fundamentos consagrados posteriormente pela Ciência Econômica moderna. Oresme surpreende pela consciência de que o aumento na oferta de moeda em demasia gera efeitos maléficos, fenômeno que fora séculos mais tarde denominado inflação.

Oresme antecipou a explicação sobre a existência da inflação e o porquê de sua ocorrência: ela beneficia quem a cria, sendo estes provavelmente reis, príncipes ou Estados Modernos em apuros financeiros. (HULSMANN, 2004, p. 4). Tal fato justifica o posicionamento de Oresme em defender a propriedade da comunidade em relação à moeda e não o monopólio real sobre a mesma. A inflação deliberada possui efeitos devastadores por sua natureza antissocial, já que beneficia alguns grupos em detrimento de outros. É a maneira mais viável de um Estado enriquecer as expensas da população sem que a mesma se dê conta disto. (WESTLEY, 2010, p. 5).

O conhecimento de mecanismos da Ciência Econômica moderna evidentes na obra de Nicolás de Oresme é simbolicamente um contrassenso à visão da Idade Média como uma era de estagnação do conhecimento. Tal fato torna-se ainda mais notável se se levar em conta que historicamente o mecanismo básico de oferta/demanda apontado por Oresme fora ignorado pelas ideias e práticas mercantilistas nos séculos XVI e XVII. No Livro IV d'*A Riqueza das Nações* (1776), Adam Smith apresenta críticas profundas a tais noções mercantilistas, evidenciando que, ainda no século XVIII, eram recorrentes.

Associado à dimensão econômica, outra peculiaridade do *Tratado da primeira invenção das moedas* é a dimensão política. Para Oresme, o verdadeiro direito sobre a moeda e seu fabrico recai sobre a comunidade e não no príncipe que a governa:

O monopólio da moeda (pelo príncipe) é ainda mais tirânico, porquanto é imposto não necessário à comunidade e, ao contrário, extremamente prejudicial [...] fica evidente que o dinheiro é coisa que pertence à comunidade [...] afirmamos que pertence somente á comunidade decidir e determinar se, quando, como e até onde essa proporção pode ser alterada (ORESME, 2004, p 52-53).

É clara a consciência de Oresme de que eventualmente um governante pode servir seus interesses individuais em detrimento do benefício de seus governados. A comunidade deve então estar atenta a tais atitudes injustas, além de vigiar constantemente e ser cautelosa com o poder do príncipe, para que “[...] o príncipe não possa maliciosamente inventar causa alguma de alteração na proporção das moedas” (ORESME, 2004, p. 52).

A defesa de Oresme pela preservação do modo de vida luxuoso do príncipe pode ser justificada pelo fato de que a obra fora dedicada (e feita sob encomenda) para o rei Carlos V. Porém, não é inválida a observação de que suas afirmações são um tanto inovadoras se levado em conta o contexto histórico em que o poder real e principesco era dificilmente questionado por sua legitimação divina.

Conclusão

A Idade Média foi o palco de uma batalha: espiritualidade *versus* materialidade. Ao longo dos séculos assistiu-se a interação entre ambas, o que significa que não houve uma completa submissão da religiosidade cristã medieval aos assuntos terrenos – antes uma adaptação. Tal afirmação implica primordialmente no fato de que ao final da Idade Média o desenvolvimento econômico já não enfrentava uma trilha tão pedregosa como em tempos anteriores. Ao fim da Idade Média, a esfera material emerge muito mais independente das restrições que a esfera espiritual lhe imputava anteriormente. É durante a Idade Média que a primeira irá crescer em importância, obter seu espaço próprio, tomando a atenção dos homens para reflexões sobre sua natureza.

A contribuição da obra de Oresme é, sem dúvida, significativa. Vários foram os governantes influenciados por sua obra. Configurando-se Oresme como um significativo pilar na consolidação do sistema financeiro na Europa do século XIV como também um dos principais representantes do pensamento econômico medieval. Por mais complexa que a dinâmica econômica moderna possa apresentar-se o *Primeiro tratado da invenção das moedas* ainda soa como contemporâneo, pois toca em questões que ainda hoje contrapõem economistas de diversas correntes: a forma adequada de condução da política monetária e o controle da inflação. A obra de Oresme é um grande legado, pois é uma das evidências que corroboram a visão da Idade Média como um período de gestação do pensamento científico moderno.

O *Tratado da primeira invenção das moedas* é resultante da crescente separação entre as esferas material e espiritual que, por vezes, se chocam e se fundem. É também a evidência da crescente notoriedade e importância que o progresso material arrogou, desenvolvendo-se até o momento em que surgem reflexões sobre a sua natureza, ensaiando a Ciência Econômica os seus primeiros passos nesse contexto.

Referências Bibliográficas

ARENBERG, C.; POLANYIL, K. **Trade and Market in the Early Empires**. Paris. 1975.

ARTIGAS. Mariano. Nicolás Oresme gran maestro del Colegio de Navarra, y el origen de la ciência moderna . In: **Príncipe de Viana**, ano IX, nº 9,1989. Disponível em:<http://dspace.unav.es/dspace/bitstream/10171/7377/1/Nicol%C3%A1s%20Oresme.pdf> . Acessado em 05/08/2012.

CARMEM, Maria Del; PARRA, Concha. **Las férias medievales, origen de documentos de comercio**. València: Universitat de Barcelona. 2001.

DURAND. D. B. Nicole Oresme and the mediaeval origins of modern science. In: **Speculum**, Vol.16, No. 2. 1941. Disponível em:http://www.faculty.umb.edu/gary_zabel/Courses/Spinoza/Texts/Nicole%20Oresme%20and%20the%20Mediaeval%20Origins%20of%20Modern%20Science.pdf. Acessado em 01/08/2012.

HUSLMANN. Jorg Guido. **Nicolás Oresme y el primer tratado monetário**. Ludwig von Mises Institute. 2004. Disponível em: <http://www.institutoacton.com.ar/articulos/12arthulsmann2.pdf>. Acessado em 03/08/2012.

LE GOFF. Jacques. **La Edad Media y el dinero**. Madrid: Akal. 2012.
ORESME, Nicole. **Pequeno tratado da primeira invenção das moedas (1355)**. Curitiba: Segesta. 2004.

PERROY. Edouard. Las crisis del siglo XIV. **Globalización, Revista de Economía, Sociedad y Cultura**. Disponível em <http://rcci.net/globalizacion/2004/fg418.htm>. Acessado em 21/08/2012.

WESTLEY. Christopher. The debate over manipulations: a short history. In: **The Intercollegiate Review**. 2010. Disponível em: http://www.mmisi.org/ir/45_1-2/westley.pdf. Acessado em 01/08/2012.

WOOD, Diana. **El pensamiento económico medieval**. Barcelona: Crítica. 2003.